

# APRESENTAÇÃO

Organizar, a cada ano, um novo número de Retratos de Assentamentos, tem sido, para nós, tarefa extremamente gratificante. A força e o esforço do movimento social que impulsiona a luta pela terra de trabalho no Brasil estimula e exige nosso empenho na divulgação dos estudos que acompanham, registram e avaliam seus resultados. O compromisso deste periódico é dar espaço à produção científica decorrente. O nº 13 dá continuidade à política editorial adotada no nº 12. Pesquisadores especialistas de outros centros universitários aceitaram nosso convite e desafio de escrever sobre bloqueios e perspectivas das experiências de assentamentos rurais. Apesar desta bem-vinda ampliação, o nº 13 do Retratos mantém a tradição de apresentar à crítica produtos de investigações feitos em colaboração com jovens pesquisadores, mestrands, doutorandos, que vêm alimentando nossa sementeira nesta temática, rica, apaixonante e desafiadora. É esta fértil combinação que tem feito de Retratos um convite ao debate e reflexão continuados.

Os processos complexos investigados e as esperanças que neles renascem são poderosos motivadores para manter a periodicidade e a qualidade dos artigos que nos enviam é constante e cada vez melhor, aumentando também a diversidade dos temas abordados.

Retratos de Assentamentos se definiu, ao longo do tempo, como um periódico especializado que coloca seu foco em uma área de pesquisa que concentra e faz crescer o conhecimento científico sobre uma política pública das mais importantes do país: a política de assentamentos de reforma agrária. E paradoxalmente (ou não) o que poderia ser uma limitação - a redução dos colaboradores e os temas repetitivos no campo da Sociologia e/ou da Economia - provocou a abertura de amplo leque de possibilidades de abordagens, derivadas da interdisciplinaridade que brota naturalmente do aprofundamento da percepção quando os pesquisadores contemplam a diversidade de territórios construídos na luta pela terra e buscam desvendar os processos humanos derivados dessa luta e as infinitas relações produzidas na retomada do contato com a natureza.

É na re-construção de vidas dilaceradas por dolorosas trajetórias anteriores que os estudiosos procuram compreender os seres humanos em suas relações com o meio ambiente e em suas lutas para re-inclusão no sistema, reconquista da sociabilidade e re-produção da vida através da produção do alimento com o qual garantem o Direito à Vida para suas famílias.

Este número de Retratos amplia ainda mais essa visão, com textos que

falam de novos lugares conquistados pelos assentados nos levantamentos censitários, dos bloqueios e perspectivas das políticas públicas e sugerem metodologias inovadoras. Ainda mais, apresenta reflexões sobre o fato do Censo Agropecuário de 2006 ter, pela primeira vez, apresentado dados sobre territórios e sujeitos dos assentamentos, oferecendo subsídios para se analisar rotas de colisão ou possíveis aproximações entre políticas públicas recentes e perspectivas de efetivação de uma talvez "nova", mas inegavelmente necessária, reforma agrária.

Falar em reforma agrária é falar de produção, desenvolvimento, justiça, democracia... Mas não só! As pesquisas sobre o tema se mostram a cada dia mais abrangentes, desvelando a importância política da luta pela terra, que se reflete no crescimento da produção científica sobre assentamentos rurais. Ou seja, estudar essa temática é hoje fazer pesquisa de ponta no Brasil e produzir conhecimento, conhecimento este que é comprometido com os problemas sociais, dentro de um campo no qual se avança para a transdisciplinaridade (tal como proposto por Edgard Morin) e através do qual se vislumbram esperanças de respeito à natureza, justiça social e cidadania plena para os pobres do campo.

Os textos aqui reunidos sugerem ou expressam muitas dessas esperanças. São dez textos, quase todos trabalhando em interações entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando um diálogo multidisciplinar. Este número encerra um ciclo - o da periodicidade anual, desafio nada fácil, ainda que instigante - e dá boas vindas a uma mudança desejada há tempo: a transformação do periódico Retratos de Assentamentos em uma publicação semestral. O número 13, preparado com especial cuidado, apresenta ao leitor balanço dos assentamentos enquanto políticas públicas, o significado de terem sido superadas barreiras das estatísticas oficiais da agricultura, a partir do reconhecimento de um lugar para os assentados e agricultores familiares nos censos e os contrapontos com a agricultura patronal. Ainda mais, enriquecedores estudos de caso cumprem a função de aprofundar e ir além das leituras sugeridas por uma visão convencional de agricultura, apreendendo as imponderáveis dimensões da vida social.

Na primeira parte, **Assentamentos e Desenvolvimento: o "lugar" no censo e as perspectivas de políticas públicas**, os textos apresentam balanços, discutem limitações e avanço dos censos, coloquem em debate as políticas públicas. Na segunda parte **Assentamentos e Desenvolvimento: a diversificação em estudos de caso**, são resgatadas experiências empíricas, o que vem ao encontro dos analistas que apresentam os estudos de caso como perspectivas de aprofundamento das pesquisas sobre assentamentos rurais.

No primeiro texto, **Caracterização dos Estabelecimentos de Assentados**

**no Censo Agropecuário de 2006**, Kageyama, Bergamasco e Oliveira fazem uma análise enriquecedora das tendências apontadas pelo censo agropecuário de 2006. Descrevem a situação dos assentamentos rurais, segundo a produtividade, nível educacional dos assentados, composição da renda e tecnologia agropecuária, dentre outros aspectos, comparando os dados dos assentamentos com o total dos estabelecimentos agropecuários e com a agricultura familiar. Algumas importantes reflexões que as autoras trazem são que, apesar da precariedade das condições em que são instalados e da falta de apoio de políticas específicas, os assentamentos parecem estar reproduzindo o padrão médio da agricultura brasileira (com as devidas variações e exceções regionais) e reconstruindo as bases da vida social no meio rural brasileiro.

Apesar das limitações dos dados censitários devido à definição restrita de estabelecimento de assentado, foi possível confirmar as tendências apontadas pelos diversos estudos de caso disponíveis. A principal conclusão do trabalho é que os assentados não constituem uma "categoria à parte" ou "enclaves" na estrutura produtiva ou apenas "bolsões de pobreza": ao contrário, para a maioria dos indicadores de distribuição fundiária, formas de produção, tecnologia, mercantilização e produtividade, os assentados são semelhantes à média geral dos estabelecimentos agropecuários, ressalvada obviamente a diferença de escala.

Tais considerações são feitas a partir de uma contextualização do papel e dos rumos da reforma agrária nos governos de FHC e de Lula e das restrições institucionais encontradas que prejudicaram em muito as políticas de desenvolvimento para os assentamentos. Com tais restrições, o que esperar do lugar atribuído aos assentamentos no censo de 2006? Cabem algumas reflexões. Dez anos antes, a partir de uma demanda do Incra/Ministério de Política Fundiária, os dados do I Censo Nacional da Reforma Agrária ressaltaram a heterogeneidade das situações em todos os indicadores socioeconômicos utilizados e chegaram a um resultado de 254.173 famílias assentadas, valor que foi considerado superestimado.

Certamente, a construção e realização deste censo tiveram uma importância que foi além dos resultados obtidos em termos de agregação dos dados ou das dificuldades operacionais enfrentadas neste processo. O I Censo Nacional dos Assentados foi, sem dúvidas, uma inequívoca expressão do reconhecimento da legitimidade da reforma agrária, o que não isenta tal processo de tensões, lutas e

disputas entre projetos políticos diferentes.

A leitura de um censo, encarado como radiografia de relações dos processos sociais, tem que ser adaptada à realidade extremamente mutável dos assentamentos. Não permite em si mesma, a compreensão da complexidade constitutiva de tais processos.

Os dados do censo de 2006 reconhecem, em parte, a diversidade de processos sociais presentes na origem e na situação atual dos assentamentos.

O Censo de 2006 investigou, além das categorias tradicionais dos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, duas novas categorias de produtores: os agricultores familiares definidos segundo a Lei 11.326 e os assentados sem titulação definitiva da terra. Além disso, separou a categoria "produtor sem área", referindo-se aos empregados residentes em estabelecimentos que tinham produção própria, porém em área sujeita à administração do produtor/proprietário.

Em relação aos levantamentos anteriores, o censo de 2006 avança por reconhecer que os assentamentos incluem em suas classificações as categorias familiar e não familiar, cuja soma corresponde ao universo dos estabelecimentos agropecuários, assim como as categorias de assentado e ocupante, as quais dizem respeito à condição do produtor em relação às terras.

A característica mais forte dos estabelecimentos de assentados sem titulação, em comparação com os estabelecimentos agrícolas em geral, é a sua baixa produtividade: diferentemente da agricultura familiar considerada como um todo, ou mesmo do universo dos ocupantes, os assentados não conseguem compensar a baixa produtividade do trabalho com maior produção por unidade de área. Apesar do maior número de pessoas ocupadas por hectare nos assentamentos, o valor da produção obtido é geralmente menor que na média dos estabelecimentos, o que pode ser conseqüência de que muitos assentamentos foram instalados em áreas de pior qualidade para a produção agrícola. O padrão tecnológico e as práticas agrícolas nos assentamentos não diferem do "modelo produtivista" adotado no restante do país. A adoção de práticas como agricultura orgânica e métodos alternativos de controle de pragas ainda é incipiente na agricultura brasileira; o preparo do solo com cultivo mínimo e plantio direto é mais frequente, mas ainda francamente minoritário, tanto em geral como nos assentamentos em particular.

As autoras concluem que o principal avanço possibilitado pelo censo do IBGE foi, além de ter fornecido informações sobre o universo de produtores dos assentamentos – anteriormente diluídas e praticamente inexistentes – o fato de ter sido traçado um panorama nacional das características e das condições da produção agropecuária desse grupo, sugerindo por outro lado, o aprofundamento dos estudos em áreas específicas. Recomendação absolutamente necessária se as pesquisas se propõem a apreender a heterogeneidade de situações regionais dos assentamentos.

No artigo **Expansão Agropecuária e Agricultura Familiar no Brasil: o que os dados do Censo de 2006 revelam?**, de autoria de Ramos, são analisadas a evolução da agropecuária e a estrutura fundiária brasileira, destacando a ausência de Reforma Agrária.

Destaca as recentes iniciativas em prol da agricultura familiar e, utilizando os dados do censo agropecuário de 2006, argumenta – em contraposição a outra visão – que está posta a possibilidade de ampliação e de melhorias nas políticas públicas voltadas àquela agricultura, como base para a construção do desenvolvimento sustentável e para a conciliação da produção de alimentos com a de biomassa para biocombustíveis (etanol e biodiesel), tanto para atender as necessidades do mercado interno como do externo.

O autor faz uma análise histórica com base nos dados dos censos agropecuários de 1960, 1970 e 1985, mas utiliza também dados do censo agropecuário de 2006 e as recentes iniciativas em prol da agricultura familiar. Destaca as diferenças dos indicadores da agricultura familiar quando comparados aos da agricultura patronal. Além disso, por trás da denominação "não vendeu", chama atenção para o produto estocado para venda futura como para o autoconsumo, situação não destacada nos levantamentos anteriores.

Igualmente, permite um olhar atento às lavouras que apresentam maiores participações de áreas de colheita com menos de 50 hectares, dentre as quais feijão, mandioca, banana, uvas, fumo e mamona.

Há outros dados significativos a serem considerados:

Convém chamar a atenção para aqueles que mostram: a) a diferença entre os valores por pessoal ocupado. Isto provavelmente decorre do fato de que a agricultura patronal utiliza sistemas produtivos que ocupam menores números de pessoas e que acabam implicando em maiores custos e, portanto,

maiores valores. Já no caso da agricultura familiar, pode ocorrer que os agricultores acabem por não registrar os valores de todos os bens que conseguem obter, principalmente aqueles que se destinam ao consumo familiar, o que está geralmente associado à sua produção mais diversificada; b) a diferença entre os valores por hectare deve decorrer principalmente do fato de que os agricultores familiares acabam dedicando-se mais aos hortifrutigranjeiros, ou seja, a bens que geram maior renda por unidade de área. (...)

O café apresenta-se, ao contrário do que ocorria no passado, como um produto cuja participação da agricultura familiar é marcante. Mas o destaque cabe para os casos dos leites, das carnes de ave e de suínos, bem como para os dos feijões e da mandioca.

A importância da agricultura familiar parece ter incomodado a Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que organizou um evento no congresso Nacional para criticar o Censo Agropecuário 2006, utilizando o enquadramento ou não dos produtores rurais no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como critério para fazer uma apresentação distinta dos dados do próprio Censo.

Se o futuro das políticas agrárias está em aberto, parece incontestável que o crescimento da agricultura patronal (uma política mais vinculada ao MAPA) se faz em detrimento da agricultura familiar e à ação fundiária no âmbito do MDA, ou seja, de um apoio que poderia ser maior para produtores familiares e em benefício da produção de alimentos para o mercado interno e da sustentabilidade da agricultura.

Certamente, são pertinentes as conclusões do autor de que o Brasil, na passagem do século XX para o XXI passou a buscar respostas para um novo desafio produtivo: o de produzir, simultaneamente, alimentos e biocombustíveis. Conclusões que reforçam a importância da política de segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável estarem dentre as prioridades para o enfrentamento à desigualdade da distribuição da renda e da riqueza nacionais.

Por outra porta de entrada, Guanziroli em **Assentar Sem Terra ou Fortalecer Agricultores Familiares?** discute consequências da política (ou falta de) para os assentamentos, retomando conclusões de um estudo anterior (Novo Retrato da Agricultura Familiar, de 2001), no qual apresenta um retrato de sinais de esgotamento do modelo de assentamentos em função da ausência de assistência técnica, desistências e revenda de lotes, excessivo coletivismo em algumas regiões,

problemas na seleção dos candidatos, ausência de uma estratégia de comercialização dos produtos, falta de titulação dos lotes dos assentados e alto custo de investimentos por famílias, mas sem retorno aos cofres públicos.

Igualmente, descreve tentativas que o Estado lançou mão: Projeto Lumiar (solução parcial e "inovadora" para o problema da assistência técnica, por agrupar as ONG's ao sistema tradicional de ATER), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, um passo adiante na questão da comercialização), Cédula da Terra e o Crédito Fundiário, apresentados para enfrentar a falta de titulação e o pagamento pela Terra.

Conforme pode se ver nos dados do Censo de 2006, a agricultura familiar aumentou sua participação no Valor Bruto da Produção de 37,9% em 1996 para 40,03 em 2006, sendo que em algumas regiões este aumento foi ainda maior, como no Norte onde aumentou de 58,26% para 69,40% e no NE de 42,98 para 51,93 % da produção agrícola inteira da região.

Segundo o autor:

O fato de a agricultura familiar ter aumentado sua participação percentual nos dez anos de maior evolução do agronegócio no Brasil demonstra que este setor, além de produzir alimentos, está integrado nas cadeias produtivas do agronegócio de forma efetiva e crescente.

Para a chamada reforma agrária, ou melhor, política de assentamentos do INCRA, sobrou uma participação marginal dentro da estratégia mais ampla de desenvolvimento rural baseada na política de territórios. No território pode haver componentes de política de terras, não necessariamente via desapropriação, terra, crédito, infra-estrutura, A prioridade que se dá a cada um deles, vai depender do diagnóstico que se faça das necessidades da região e dos determinantes de desenvolvimento que se estimem.

Descentraliza-se assim a política agrária, que agora passa a se apoiar nas instituições da sociedade civil (ONGs, etc) e na política de territórios.

Face à situação atual, às controversas sobre as observações acima elencadas e à pergunta: o Brasil tem hoje política agrária, as conclusões do autor são otimistas quanto à linha de crédito para os agricultores familiares, ao enfrentamento dos gargalos da comercialização, à constituição dos programas de melhoria de infraestrutura, mas ainda questiona o perfil da assistência técnica oferecida aos assentados rurais. Cabe ressaltar que o artigo procura desmitificar os argumentos utilizados para negar a existência de uma política agrária no Brasil e, nesse sentido,

oferece ao leitor, fortes elementos da polêmica subjacente ao desenvolvimento dos assentamentos.

Em **As políticas de assentamentos em distintas regiões paulistas: por um balanço da trajetória de assentados e assentamentos**, Barone e Ferrante fazem um balanço das experiências implantadas em duas regiões diferenciadas do estado de São Paulo, a de Araraquara (centro-nordeste do estado) e a do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do estado). Avalia-se a eficiência (ou não) de políticas públicas específicas para esses produtores, patrocinadas pelos governos federal e estadual em parceria com os municípios. A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

São extremamente interessantes as considerações dos autores sobre as influências das vocações regionais nos rumos dos assentamentos. Impasses econômicos são detectados nas problemáticas situações de parcerias com o complexo canavieiro, mais presente na região de Araraquara. Neste espaço, as trajetórias produtivas dos assentamentos têm mostrado complementaridades e contrapontos entre uma mal resolvida - política e juridicamente - integração aos referidos complexos e expressivas manifestações de diversificação agrícola.

Os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua "opção" pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra e pela expectativa de terem um rendimento fixo, proveniente da cana. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa, num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

No presente, o ciclo da cana mostra fissuras expressas nas desistências de parcerias nos núcleos de Araraquara e na tendência a sua finalização no Pontal do Paranapanema. Neste território, o projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do estado – Cocamp (Cooperativa de Comercialização



e Prestação de Serviço aos Assentados de Reforma Agrária no Pontal) - sofreu solução de continuidade por problemas de má gestão e acabou sendo praticamente esvaziado.

Mais recentemente, através de programas ligados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, os assentamentos do Pontal passam a contar com a instalação de inúmeros tanques resfriadores de leite, o que tem proporcionado uma maior autonomia aos produtores.

Dilemas ou expressões da trama de tensões se desdobram no campo político, através da descontinuidade das associações e/ou cooperativas e enfrentam diferenças significativas a partir do papel que os assentamentos têm na gestão pública municipal. A conclusão dos autores aponta para a dificuldade de respostas definitivas na discussão das tendências dos assentamentos rurais e faz um importante alerta: a população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo.

Limites e possibilidades das políticas agrícolas são abordados em **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e questões para o debate**. Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite discutem o referido programa no âmbito da agricultura familiar, da segurança alimentar e nutricional. Fazem um balanço minucioso de uma importante política pública que toca ou tangencia os assentamentos de reforma agrária.

São apontados os aportes do PAA à alteração na matriz de produção e consumo tanto das unidades familiares produtoras dos alimentos quanto das beneficiárias; os efeitos sobre os preços dos produtos agroalimentares, a renda dos agricultores familiares e a emergência de novos mercados e; as implicações para o empoderamento dos atores sociais e de suas organizações.

Problemas na divulgação do programa, dificuldades para chegar até as famílias em maior vulnerabilidade social, problemas operacionais e logísticos põem em questão a relação entre necessidades dos agricultores e o tempo de execução das políticas públicas.

Estimativas para 2010 indicam que o número de agricultores familiares beneficiados pode chegar a 213.114, bem acima da média dos anos anteriores. Considerando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil,

o PAA beneficiaria 4,95% deste total em 2010, um número modesto pela importância que esta política pública possui em relação à agricultura familiar.

A sinalização de que o PAA tem contemplado principalmente os agricultores familiares mais capitalizados aquece o debate sobre entraves e eficácias das políticas públicas. A perspectiva de restauração da policultura, a diversificação da produção agrícola com os recursos do PAA podem ser consideradas como contribuições para viabilizar um outro modelo de desenvolvimento rural, no qual ganham destaque o incentivo e a revitalização de alimentos regionais, a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo das unidades de produção. Tais fatores, alimentados pelo PAA podem fortalecer a autonomia dos agricultores familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar.

Além da diversificação estimulada por algumas modalidades, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais.

Há casos emblemáticos neste sentido, em que toda produção adquirida pelo Programa é produzida de maneira agroecológica (casos do PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas, Rio Grande do Sul). O resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos culturais permitem uma certa associação entre o PAA e o resgate do ethos camponês.

Consequências saudáveis no padrão alimentar das crianças em idade escolar, amparadas pela Lei n.º 11.947 que determina que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de produtos diretamente da agricultura familiar da região permitem que o PAA cumpra importante papel na demonstração da viabilidade da compra direta dos agricultores familiares.

A perspectiva de articular a produção de alimentos ao consumo local, o respeito ao saber-fazer das comunidades permitem associar o PAA a um possível elemento alavancador de outro modelo de desenvolvimento rural, igualmente apontando como fator facilitador de arranjos institucionais nutridos pelo capital social. Os autores fazem um rico inventário das perspectivas e limites do PAA, sugerindo avanços em termos do marco legal e de sua institucionalidade, apresentando aos leitores, uma pertinente agenda de pesquisa para acompanhar, passo a passo, o

raio de ação do PAA em suas diferentes dimensões. Leitura obrigatória para os que se propõem a refletir sobre os reais e ilusórios benefícios das políticas públicas.

Em **Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais**, Neves retoma o tema das políticas públicas a partir dos significados produzidos:

em atos voltados para definição de condições de formulação de objetivos, metas, critérios, etc., abarcados pelos significados atribuídos pelo senso comum. O termo políticas públicas ganha melhor sentido quando associado a tantos outros, como democracia, cidadania e mediações sociais, categorias básicas à construção de espaços públicos de explicitação e confronto de pontos de vista, de construção de interpretações para a vida social e de meios de elaboração de consensos ou compromissos provisoriamente geridos. Para analisar tais articulações, adoto como unidade analítica o intercruzamento de um conjunto de processos sociais e de agentes em redes de relações; interconexões mediante as quais são constituídas regras de controle das ações em causa e meios legítimos de propor, interferir e controlar a redistribuição de serviços e recursos públicos.

A autora mostra, de maneira pertinente e instigante que o campo de representações e ações que apregoa a constituição de regras e procedimentos englobados pelo termo políticas públicas se fundamenta em negociações, a priori constituídas por agentes situados em posições assimétricas. Com quem tais representantes desejam negociar? Os grupos em ação coletiva querem, por representação delegada, interferir na formulação de demandas e de regras que prescrevem ações dos agentes nele implicados.

Face a tais jogos sociais, a autora privilegia em suas reflexões o investimento na democratização social, colocando no centro do debate sobre reforma agrária a transversalidades das ações entre políticas públicas, democracia, cidadania e mediações sociais. Agentes governamentais e agentes da representação delegada de grupos de interesses se relacionam na luta pela reforma agrária em um mundo de mediações cognitivas e institucionais.

Como as demandas chegam a alcançar as ações públicas, integrando quadros institucionais e definindo agentes para estas ações? Em espaços democráticos, como se elabora a institucionalização das parcerias e das redes de apoio? Face a tais questões, a pesquisadora discute como mediados e mediadores institucionais se constroem para esses processos, para a obtenção

da visibilidade social interna e externa ao campo da mediação por eles construído, sem desconsiderar outras formas e meios de dominação política.

Valorizando a análise do jogo de forças sociais na discussão metodológica da pesquisa e intervenção no campo das políticas públicas reconhece que a transmissão de conhecimentos que se opera tem um duplo caráter: permite a apropriação e a alienação de meios de produção de sentidos e referências às ações sociais.

Consequentemente, compreender as *políticas públicas* pela perspectiva metodológica da mediação social propicia entender que grande parte das ações, que no exercício são colocadas em prática, só se objetivam por percursos em múltiplos meandros e resignificações. Nesses espaços, produzem-se desdobramentos sociais nem sempre pré-definidos, como fazem crer as definições de metas, a categorização de beneficiários, os emaranhados de procedimentos, os quais, de fato, fluem em sentidos ascendentes ou descendentes para assegurar definições de participação hierarquizada, tanto aquela específica a cada instituição como a atribuída aos respectivos agentes.

Neste movimento, diante das tentativas dos mediadores de impor seu saber, sua visão de mundo, os mediados podem fazer-se sujeitos de direitos e de produção de discursos públicos sobre vantagens e desvantagens da institucionalidade proposta, constituindo contrapontos e outras alternativas de mediação.

São tais conflitos e a perspectiva de um complexo jogo de dinâmicas diversas que a Prof<sup>a</sup>. Delma Pessanha Neves leva à reflexão do leitor interessado em uma agenda de pesquisas voltada às políticas públicas, seus sistemas de ação, de conhecimento e reconhecimento.

O segundo bloco de artigos **Assentamentos e Desenvolvimento: a diversificação em estudos de caso** apresenta à crítica acadêmica uma expressiva demonstração da diversidade e riqueza das experiências de assentamentos. Ramos Filho, Szmrecsányi e Pellegrini em **Biodiversidade e Reforma Agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil** apresentam os avanços e dilemas do assentamento agroecológico Sepé Tirajú, expressão clara das diferenças de caminhos e perspectivas de desenvolvimento rural. Apoiado em uma matriz tecnológica da agroecologia, em uma ação conjunta da Embrapa e do INCRA, em colaboração com o MST, organizações locais dos trabalhadores assentados e da sociedade

civil, vem sendo desenvolvido um projeto de pesquisa e capacitação participativa em Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFs). Os autores retomam criticamente o processo de modernização e especialização da agricultura brasileira, especialmente quanto ao princípio adotado de que a cobertura florestal nativa e sua biodiversidade constituem empecilhos ao estabelecimento de qualquer sistema de produção, necessitando, portanto, ser removidas.

Claramente, este modelo de desenvolvimento agrícola esteve relacionado com a exclusão social e a deterioração ambiental, especialmente dos recursos florestais. Na contramão deste modelo monocultor e buscando desenvolver uma nova matriz de produção, mais equilibrada social e ambientalmente, respeitando o resgate da biodiversidade regional, o assentamento Sepé Tiarajú foi criado em 2004.

O assentamento foi implantado na forma de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade que busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e ao mesmo tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente. Atualmente, o assentamento encontra-se em fase final de implantação da sua infraestrutura, e as 80 famílias ali assentadas encontram-se diante do desafio de construir coletivamente, na prática, uma alternativa de agricultura sustentável baseada nos princípios agroecológicos.

Como ferramentas para discutir este novo modelo de assentamento, os autores fazem uma revisão sobre a relação entre reforma agrária, meio ambiente e Agroecologia. Cabe ressaltar nesta revisão, o entendimento da Agroecologia como a base da transição agroecológica, assentada na gradual transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais. A crítica aos agroecossistemas convencionais, os quais só conseguem manter sua produtividade às custas de grandes incrementos de energia, com grande consumo de recursos naturais não renováveis merece um alerta.

Conforme Caporal e Costabeber (2004), não raro tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, ou com a adoção de determinadas práticas agrícolas e até com a oferta de produtos "limpos" ou "ecológicos". Estes autores ressaltam, de forma crítica, que as chamadas "Agriculturas Ecológicas", entre elas a Agricultura Orgânica, nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está

orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais.

Firmando posição na defesa de uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento, os autores priorizam na explicitação dos passos para a transição agroecológica, a expansão da consciência pública, a reforma agrária, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. Igualmente são salientados os impactos da monocultura canavieira, com ênfase nos danos à biodiversidade e seus efeitos sobre a região estudada.

Sob o argumento, acertado a nosso ver, de que a transição agroecológica não se dá de forma imediata nem necessariamente linear, os autores discutem como este processo se deu no acampamento, depois assentamento Sepé Tiarajú. Com a direção do MST, os agricultores acampados foram aprendendo e resgatando formas de produzir sem usar agrotóxicos, adotando alternativas de adubação, cultivando as próprias sementes, preservando e defendendo o meio ambiente.

São viáveis as metas traçadas para este modelo de assentamento? O PDS é uma realidade já construída ou ainda está no campo das virtualidades? No caso do assentamento em estudo, a divisão dos núcleos, realizada a partir de discussão coletiva, buscou respeitar as afinidades entre as famílias, seja por identificação cultural, afetiva ou adesão ao projeto idealizado. Cada família possui um lote individual – entre 3,5 e 4,0 hectares - uma área para produção coletiva – com 10 hectares em média – tendo sido destinada uma área de 35% para fins de composição da reserva legal do assentamento, de caráter coletivo, além das áreas de preservação permanente (mata ciliar das nascentes e cursos d'água).

Situação bem diferente da encontrada nos assentamentos implantados em meados da década de 80, na mesma região, que ainda não superaram o sistema de controles e de poderes imposto pelas parcerias com os complexos agroindustriais, além da inércia detectada face aos problemas ambientais. Boas perspectivas se apresentam no assentamento Sepé Tiarajú: o percentual de reserva legal superior ao exigido por lei foi fruto de um acordo entre o Incra e os assentados com a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público.

A experiência que vem sendo construída no assentamento Sepé Tiarajú sinaliza para um outro modelo de desenvolvimento sustentado em outra matriz produtiva, tendo nas relações de cooperação forte elos para uma organização mais solidária. Poder-se-ia falar nesse assentamento como protagonista na transição para um

desenvolvimento econômico sustentável? Sem diagnósticos finalistas, fica o convite à leitura e ao acompanhamento desta experiência.

Em linhas paralelas, não necessariamente concordantes, Gonçalves e Scopinho em **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: A difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP** se propõem a discutir – através de um confronto entre discursos e práticas – se, efetivamente, os assentamentos de reforma agrária se constituem em espaços importantes para a implantação de projetos agropecuários baseados na sustentabilidade ambiental.

Na perspectiva dos autores, o estudo de caso desenvolvido revelou que a implantação de projetos desta natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais.

São apresentados resultados de uma pesquisa realizada entre 2008 e 2010 no assentamento Mário Lago, localizado na antiga Fazenda da Barra, município de Ribeirão Preto, igualmente um assentamento do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Considerando que sustentabilidade ambiental é uma das diretrizes para a organização, social e econômica das famílias assentadas nesta área, partimos das seguintes questões: quais são os limites e as possibilidades que se colocam no planejamento e implantação de um assentamento rural agroecológico numa região cujo modelo de desenvolvimento rural gerou miséria social e degradação ambiental? É possível realizar os princípios da agroecologia neste assentamento? Que sentidos atribuem os assentados, o Estado e o MST à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à Agroecologia? Como esses sentidos se traduzem (ou não) em práticas concretas de conservação ambiental?

Questões polêmicas, de respostas nada simples, a exigir que nos debrucemos sobre o sentido e a possível (re) significação da reforma agrária em São Paulo.

As dimensões ambientais foram, comprovadamente, relegadas a segundo plano nas discussões sobre os rumos dos assentamentos até a segunda metade dos anos 1990. Por outro lado, a organização dos assentamentos rurais agroecológicos faz parte de uma nova perspectiva realimentada pelo MST. Um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o país? As metas projetadas para a Amazônia encontram efetividade na região mais modernizada da agricultura paulista?

Durante o processo de desapropriação e organização das famílias, surgiram

divergências internas e outros movimentos sociais disputaram a organização política das famílias com o MST. Atualmente, 264 permanecem sob a organização do MST, 160 famílias estão sob a direção do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e outras 40 famílias pertencem ao movimento denominado Índio Galdino. Tais disputas prejudicam a constituição de um projeto de desenvolvimento sustentável?

Problemas são apontados: o termo de ajustamento de conduta firmado entre o INCRA e a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto frustrou-se em parte, especialmente face ao prazo acordado – 180 dias – para implementação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Divergências pipocaram em várias dimensões, envolvendo a direção regional do MST, a superintendência do Incra em uma clara expressão de disputa política pela condução do assentamento.

A estas dificuldades, os autores põem em discussão, dois gargalos que têm se apresentado no desenvolvimento produtivo dos assentamentos: o da liberação de créditos para custeio da produção e a disponibilidade de assistência técnica. Entretanto, na ausência de um programa e de um acompanhamento técnico, a disposição dos assentados de obter informações, de pôr em ação o saber-fazer, os conhecimentos trazidos por eles próprios vem à tona. Situação que demonstra que o desenvolvimento dos assentamentos não deve ser pensado sob a ótica econômica ou produtivista, mas está relacionado aos costumes, às trajetórias, às dietas alimentares, enfim, ao modo de vida e de produção que ainda que tenha sido desestruturado pelo processo de modernização da agricultura, não provocou um desenraizamento, o que pode gerar novas formas de uso da terra e dos recursos naturais.

Controvérsias é que não faltam na interpretação da relação assentamentos X desenvolvimento. Contrariamente ao artigo anterior que priorizou a leitura das perspectivas inovadoras do PDS, a análise de Gonçalves e Scopinho destaca a divergência entre as concepções de sustentabilidade por parte dos atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

O artigo **O Campo-Cidade-Campo Representado no Assentamento Dom Tomás Balduino**, de Brosler e Bergamasco, representa pesquisa de mestrado inovadora que se deparou com uma realidade peculiar na formação de assentamento. Neste estudo de caso, o assentamento constituído em perímetro periurbano traz um perfil de famílias diferenciado, em muito composto por famílias integrantes de movimentos de moradores de rua. As autoras enfocam os diferentes momentos de vida dessas famílias, suas trajetórias fortemente marcada pelo fluxo migratório entre campo e cidade, na qual tiveram inúmeras ocupações urbanas e



viviam em condições de subemprego, quando não desemprego. Igualmente, são investigadas as novas condições de vida das famílias, agora como agricultoras, seus conhecimentos agrícolas e meios de subsistência, numa oportunidade de possuírem uma vida mais digna e de reconstrução cultural.

O modelo deste assentamento é uma tentativa do MST de organizar assentamentos em áreas próximas a cidades, com o objetivo de assentar trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que poderiam vir a ser.

A passagem das pessoas no meio urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho, marcada por instabilidade e precariedade, no qual o sujeito, na sua grande maioria, exerceu diversos papéis. Mas isto não tira dos assentados os valores enraizados em seu passado, na figura de seus pais, do modo de vida rural constituído por relações pessoas, com a família e com o entorno da propriedade.

A vivência no urbano traz para o assentado, este entendido como um filho de migrante, a principal mudança na relação de trabalho, pois o mesmo passa de uma idéia de "liberdade", de autonomia do definir como, quando e onde realizar o trabalho, na organização das tarefas da família e no controle do próprio tempo, para uma vida de proletariado urbano, com sua função controlada.

Esse conflito entre a liberdade do agricultor e a vida controlada do proletariado:

pode ser vivenciado pelo sujeito somente com os valores passados pelos pais, pois se tratando de filhos de migrantes imagina-se que os mesmos tenham começado a entender a relação de trabalho numa idade em que já estivesse inserido no urbano. Portanto, quando os mesmos fazem menção ao trabalhar na terra como profissão, estes estão resgatando uma cultura de seus antepassados, uma concepção que criaram na infância e que se mostra sobressalente quando a situação requer uma melhoria de vida frente às necessidades básicas de sobrevivência (no caso trocar o desemprego urbano pelo trabalhar na terra).

O texto põe em questão transformações de identidades referenciadas com a identidade coletiva – o assentamento – e com as relações impostas pelos diferentes agentes. Trata-se, pois, de uma nova forma de encarar a diversidade presente dos assentamentos através dos processos vivenciados pelos sujeitos que transitam entre o campo e a cidade.

Finalizando o número 13 da coleção Retratos, Barbosa, Ferrante e Duval em **Entre a Parceria e Diversificação Agrícola: a reconstrução dos assentados sobre o seu viver** discutem contrapartidas que têm se apresentado no modo de vida do assentamento Horto Bueno de Andrada, no município de Araraquara/SP face à controversa integração com as agroindústrias do setor canavieiro da região. A partir de uma metodologia que envolveu uma continuada investigação por meio de visitas, registros em diário de campo, análise documental, fotografias e entrevistas, foi possível a recuperação de um material extremamente rico, revelador de como os assentados, embora convivendo com uma parceria que se pauta por uma assimetria e informações, tentam conseguir prosperar enquanto produtores rurais a partir de outras estratégias:

as falas dos assentados estão presentes em todos os momentos do artigo. Primeiro, na caracterização do universo empírico, na descrição da organização do trabalho familiar e nas várias alternativas produtivas. Após, na explicitação da parceria da cana propriamente e nas relações com os agentes do órgão gestor e funcionários de usinas, marcadas pela insistência em fazer os assentados aderirem ao plantio de cana. Os diários de campo permitiram também captar a diversidade existente nos lotes, mesmo que cercada pela cana. Dada a importância da diversificação para a vida no assentamento (tanto em relação às estratégias de comercialização como para o autoconsumo), dedicamos boa parte do artigo a descrevê-la a partir de vários depoentes, no sentido de resgatar a diversidade de situações que as pessoas encontram para prosperar enquanto agricultoras em meio ao território homogeneizado pela monocultura da cana.

Dificuldades no planejamento para extração da madeira - dado o plantio de eucalipto que ocupava praticamente todo o espaço - oscilações nos critérios de seleção das famílias mesclam-se a propostas parcimoniosas recebidas por algumas lideranças em relação ao primeiro custeio agrícola, em uma clara demonstração de que o Itesp pautava (ou pautava?) sua gestão por omissões e indefinições.

Conforme se iam expandindo as áreas destocadas, os assentados diversificavam mais a sua produção, recuperavam a fertilidade de um solo que por muito tempo foi esgotada com a monocultura do eucalipto. Culturas como o feijão de porco, considerado um reparador do solo e sua semente

resultante da safra eram comercializados com o próprio fornecedor da semente para o plantio, que garantia a compra de toda a produção. Como possibilidade de adequar a terra para o plantio de outras culturas, também foi utilizado o feijão de corda consorciado com o milho. Neste processo quase todos os assentados aderiram, principalmente quem tinha uma área de terra com maior destoca e disponível para a produção agrícola.

Entretanto, às expressões de cooperação, sucederam-se rompimentos por força de um individualismo competitivo. Apesar do número pequeno de famílias, vários grupos emergiram. Antigos arrendatários, pessoas que compraram dos assentados o direito de uso da terra, apesar da situação irregular, meeiros e bóias-frias são a expressão da composição diferenciada deste assentamento.

Vários projetos em curso, como, por exemplo, a mandioca brava para a fabricação de farinha, o plantio de eucalipto, a criação do gado leiteiro e o cultivo de feijão de porco sofrem descontinuidades a partir da força adquirida pela parceria com a agroindústria sucroalcooleira. A cana-de-açúcar entra no assentamento por uma imposição dissimulada por muitas artimanhas.

A Fundação ITESP trabalhou por anos a fio com objetivo de conduzir os assentamentos para a parceria com o agronegócio canavieiro local como fator indispensável para o desenvolvimento econômico do assentamento. Para isso foi criada a portaria 75/02 da fundação ITESP e sua revogação pela mesma instituição com a portaria 77/04, através das quais foram abertas as portas para a cana nos assentamentos paulistas.

Negativas do sindicato dos empregados rurais de fornecer a certificação de produtor rural da agricultura familiar aos assentados que aderiram à parceria são detectadas no mesmo cenário em que a cana parece ter toda proteção do Itesp, o qual se vale de pressões variadas para os assentados assinarem o contrato de parceria.

Expressões de violência simbólica de gênero reforçam a trama de tensões comandada pelo Itesp para que a parceria ditasse os rumos do assentamento.

Paradoxos e indefinições na dependência da cana reforçam manifestações de insatisfação pela falta de assessoria técnica. No entanto, as ambigüidades detectadas nas complexas parcerias com empreendedores do agronegócio não ocupam todo espaço e a produção gerada no assentamento. Persistem embriões de outros modelos de desenvolvimento rural. Detectam-se pontos de resistência

a favor da consolidação da reforma agrária voltada para produção de alimentos e a vivência familiar de forma cooperada.

Plantações de banana, hortas com estrutura para comercialização a produção, criação de galinhas, de porcos, plantação de mandioca, principalmente a de mesa, de milho a ser utilizado na ração dos animais, são claros sinais de que a cana está dando lugar a outros tipos de cultura agrícola. Experiências com agrofloresta e com a produção do leite reforçam a perspectiva da diversificação.

Os autores mostram, a partir de experiências concretas, a possibilidade de uma fértil complementaridade entre a integração e a diversificação agrícola, exigindo um olhar atento dos pesquisadores e, talvez, mudanças de rumos das rédeas das políticas públicas. São essas polêmicas que fazem a coleção Retratos de Assentamento ser uma legítima e renovada representante dos debates que cercam as interpretações sobre a política de assentamentos e sobre os rumos da reforma agrária no país.

Araraquara, 2010.

**Vera Lucia Silveira Botta Ferrante**  
**Dulce Consuelo Andreatta Whitaker**